

Joinville - SC, 24 de abril de 2023.

Aos acionistas da

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2022 comparativas à 31 de dezembro de 2021.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 01 de agosto de 2017 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo social (i)exploração do negócio de Aquisição e securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, imobiliários, financeiros, agronegócio; (ii)Emissão de debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76; (iii)Realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos.

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A

Diretor Presidente
Pedro Luiz Mees

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Balço Patrimonial dos exercícos findos em:
(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.088.829	2.878.032
Contas a Receber	6	63.524.745	101.382.586
Impostos a recuperar		1.004.432	979.612
Outros créditos	7	12.961.854	8.373.061
Total do Ativo Circulante		78.579.860	113.613.291
Ativo não circulante			
Imobilizado e intangível	8	943.739	1.034.313
Total do Ativo não circulante		943.739	1.034.313
Total do Ativo		79.523.599	114.647.604
PASSIVO			
PASSIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Passivo Circulante			
Fornecedores		114.085	70.878
Empréstimos e financiamentos		327.333	
Obrigações tributárias	9	238.786	376.515
Obrigações trabalhistas e sociais	10	253.829	173.322
Outras Obrigações	11	3.473.766	4.415.307
Total do passivo Circulante		4.407.799	5.036.022
Passivo não Circulante			
Empréstimos e financiamentos		176.277	
Outras Obrigações	11	3.912.076	4.593.928
Títulos e valores mobiliários	12	70.192.597	102.497.662
Total do passivo não Circulante		74.280.950	107.091.590
Patrimônio líquido	13		
Capital social subscrito		7.000.000	300.000
Capital social a Integralizar		(8.103)	(8.103)
Reserva Legal			20.000
Reserva de Lucros		(6.157.047)	2.208.095
Total do patrimônio líquido		834.850	2.519.992
Total do Passivo		79.523.599	114.647.604

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Receita de securitização		20.541.338	24.050.832
Receita de serviços			3.814.690
(-) Custo de captação de recursos		(18.615.172)	(15.226.865)
(-) Deduções da receita		(365.053)	(761.548)
Receita operacional líquida		1.561.113	11.877.109
Lucro Bruto		1.561.113	11.877.109
Despesas gerais e administrativas		(14.303.605)	(15.814.877)
Total das despesas operacionais		(14.303.605)	(15.814.877)
Lucro antes do Resultado Financeiro	14	(12.742.492)	(3.937.768)
Despesas financeiras		(1.212.313)	(986.833)
Receitas financeiras		5.540.144	3.738.479
Resultado financeiro líquido	15	4.327.831	2.751.646
Receitas não operacionais		29.519	133.400
Despesas não operacionais			(144.079)
Resultado antes das provisões		(8.385.142)	(1.196.801)
Prejuízo líquido do período		(8.385.142)	(1.196.801)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos
exercícios findos em:**

(Valores expressos em reais)

	Capital Social Subscrito	(-) Capital Social a Integralizar	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	150.000		20.000	3.410.096	3.580.096
Resultado do Exercício				(1.196.801)	(1.196.801)
Integralização de Capital	150.000	(8.103)			141.897
Ajustes de Exercícios anteriores				(5.200)	(5.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	300.000	(8.103)	20.000	2.208.095	2.519.992
Resultado do Exercício				(8.385.142)	(8.385.142)
Reversão da reserva legal			(20.000)	20.000	-
Integralização de capital	6.700.000				6.700.000
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.000.000	(8.103)	-	(6.157.047)	834.850

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	(8.385.142)	(1.196.801)
Ajustado por:		
- Remuneração sobre debêntures	18.615.172	15.226.865
- Depreciação	69.957	(29.523)
- Ajustes de exercícios anteriores		(5.200)
	10.299.987	13.995.341
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Contas a receber de clientes	37.857.841	(30.160.439)
Impostos a recuperar	(24.820)	(680.248)
Outros créditos	(4.588.793)	(3.017.926)
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Obrigação com fornecedores	43.207	60.247
Obrigações tributárias	(137.729)	132.487
Obrigações trabalhistas e sociais	80.507	(105.143)
Outras Obrigações	(1.623.394)	8.223.559
Caixa proveniente/(usado) nas operações	41.906.806	(11.552.122)
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	41.906.806	(11.552.122)
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
- Venda de ativo imobilizado	2.407.411	(941.773)
- Aquisição de ativo imobilizado	(2.386.794)	207.000
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	20.617	(734.773)
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aquisição de empréstimos e financiamentos	8.697.123	4.070.477
Amortização de empréstimos e financiamentos	(8.193.512)	(4.519.043)
Integralização de capital social	6.700.000	141.897
Ingresso decorrente títulos e valores mobiliários	56.984.448	46.853.092
Perdas com debentures	(8.089.565)	
Resgate de títulos e valores mobiliários	(99.815.120)	(36.557.404)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(43.716.626)	9.989.019
 Aumento/(Diminuição) líquido de caixa e equivalente de Caixa	(1.789.203)	(2.297.876)
 Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.878.032	5.175.908
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.088.829	2.878.032

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1) Contexto Operacional

A Fatori Securitizadora de Créditos S/A, constituída em 01 de agosto de 2017, tem como objetivo social (i) exploração do negócio de Aquisição e securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, imobiliários, financeiros, agronegócio; (ii) Emissão de debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76; (iii) Realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Rua Expedicionário Holz, Nº 550, Sala 1804, bairro América, na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, CEP: 89.201-740.

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Risco de Liquidez:

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2023 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2023, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos

deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.10 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Conseqüentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- CPC 24 – Evento subsequente
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade

A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado

do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

(a) Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido- correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15%

para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

(b) Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja

requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.13 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.14 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.15 Evento Subsequente

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	2.687	2.687
Banco Conta Movimento	70.585	888.107
Aplicação Financeira	1.015.557	1.987.238
Total de Caixa e Equivalentes	1.088.829	2.878.032

6) Direitos Creditórios a receber

O saldo de Contas a Receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia definiu com base na Escritura das Debêntures que os direitos creditórios associados as debêntures enquadram-se nas “Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios”.

a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Duplicatas a receber	59.173.599	93.396.551
Outras duplicatas a receber	1.044.186	(553.574)
Operação desconto Arbi	683.343	
(-) PECLD- Perdas Créd. Liquidação Duvidosa	(10.803.210)	(2.792.485)
Operações com CCB	13.426.827	11.332.094
Total de Contas a receber	63.524.745	101.382.586

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

b) Posição por vencimento em dias da carteira de direitos creditórios:

Períodos em dias	A vencer	Vencidos	Total
até 30 dias	15.145.185	1.490.046	16.635.231
de 31 e 60 dias	5.009.303	1.597.606	6.606.909
de 61 e 90 dias	1.873.612	2.288.753	4.162.365
de 91 e 120 dias	1.253.445	2.315.060	3.568.505
de 121 e 150 dias	1.334.991	753.408	2.088.399
de 151 a 180 dias	899.983	660.579	1.560.562
Acima de 181 dias	13.748.418	10.803.210	24.551.628
Total Geral	39.264.937	19.908.662	59.173.599

7) Outro Créditos

O saldo de “Outros créditos” é composto por adiantamento a funcionários e também adiantamento a terceiros, operações com trustee, bens que a Companhia pegou em dívidas e estão destinados a venda, e está assim disposta:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros títulos a receber	6.700.000	
Adiantamento a funcionários	6.667	5.527
Adiantamento a terceiros	315.234	452.409
Trustee	5.143.353	4.391.177
Bens Destinados a Venda	796.600	
Dividendos		268.526
Emprestimos a Receber		3.255.422
Total de Outros créditos	12.961.854	8.373.061

8) Imobilizado

A conta de “imobilizado” é composta por:

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

31.12.2022

31.12.2021

Descrição	Taxa	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Equipos de processamento de dados	20%	151.753	(47.346)	104.407	95.605
Máquinas, Equipamentos e aparelhos	10%	28.379	(2.247)	26.132	10.720
Móveis e utensílios	10%	95.950	(14.164)	81.786	23.885
Veículos	20%	357.618	(31.731)	325.887	
Consórcio de bens		99.040		99.040	107.503
Terrenos					796.600
Software ou Programas de Computador		7.607	(548)	7.059	
Software em Andamento		299.428		299.428	
Total do Imobilizado		1.039.775	(96.036)	943.739	1.034.313

9) Obrigações Tributárias

O saldo de “Obrigações tributárias” está composto por impostos a recolher oriundos das operações da companhia:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Confins a recolher		10.456
CSLL Estimativa a recolher	16.175	16.175
IRPJ Estimativa a recolher	64.931	64.931
PIS a recolher		1.699
CSRF retido a recolher	20.747	24.754
INSS retido a recolher	1.407	581
IRRF retido a recolher	6.561	7.853
ISS retido a recolher	5.691	4.785
Provisão IRRF sob debêntures	123.274	245.281
Total de Obrigações Tributárias	238.786	376.515

10) Obrigações Trabalhistas e Sociais

As “Obrigações trabalhistas e sociais” referem-se a salários, provisões e encargos decorrentes da folha de pagamento dos colaboradores, estando assim disposto:

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Salário e ordenados a pagar	68.100	
Pró-labore a pagar	3.731	2.652
13º Salário a pagar	716	
INSS a recolher	33.118	29.901
FGTS a recolher	9.128	17.344
Contribuição Social a recolher	774	774
IRRF sobre trabalho assalariado	12.005	15.468
Provisão para férias	93.732	79.602
Provisão INSS sobre férias	25.026	21.254
Provisão FGTS sobre férias	7.499	6.327
Total de Obrigações Trabalhistas e Sociais	253.829	173.322

11) Outras obrigações

A conta “Outras Obrigações” está composta por depósitos não identificados, operações com trustee, cheques a compensar, sendo que as contas estão dispostas da seguinte forma:

Passivo Circulante:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos não identificados	115.186	23.357
Trustee	3.298.726	4.391.177
Cartoes de Crédito		773
Cheques a Compensar Matriz	59.854	
Total de Outras Obrigações Circulante	3.473.766	4.415.307

Em relação ao passivo não circulante, a companhia possui provisões para contingências e receitas diferidas de juros sobre a atividade operacional, conforme controle efetuado de acordo com a Curva dos títulos a receber:

Passivo não Circulante:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Contigencia	161.765	145.313
Receitas Diferidas de Juros	3.750.311	4.448.615
Total de Outras Obrigações não Circulante	3.912.076	4.593.928

12) Títulos e Valores Mobiliários

Em 15 de agosto de 2018 a Companhia efetuou sua 1ª (primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 7.200 (sete mil e duzentas) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais), em 6 séries, sendo que cada série tem uma remuneração diferente, disposta na Escritura de Debêntures e seus respectivos aditamentos.

Em 16 de agosto de 2018 a Companhia efetuou sua 2ª (segunda) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 4.800 (quatro mil e oitocentas) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), em série única, com juros remuneratórios fixos de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis” e mais 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.

Em 14 de março de 2019 a Companhia efetuou sua 3ª (terceira) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 15.000 (quinze mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), em três séries, sendo que cada série tem uma remuneração diferente, disposta na Escritura de Debêntures e seus respectivos aditamentos.

Em 20 de julho de 2020 a Companhia efetuou sua 4ª (quarta) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 2% (dois por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

Em 21 de setembro de 2020 a Companhia efetuou sua 5ª (quinta) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 1.200 (mil e duzentas) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

Em 09 de abril de 2021 a Companhia efetuou sua 6ª (sexta) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 5.000 (cinco mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 1,1% (um inteiro e um décimo por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

Em 08 de julho de 2021 a Companhia efetuou sua 7ª (setima) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando um montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis” e mais 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Em 13 de agosto de 2021 a Companhia efetuou sua 8ª (oitava) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 2.000 (duas mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 1,3% (um inteiro e três décimos por cento) ao mês.

Em 01 de fevereiro de 2022 a Companhia efetuou sua 9ª (nona) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando um montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao mês.

A conta “Títulos e Valores Mobiliários” está composta da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures 1ª Emissão	9.240.000	19.225.000
Remuneração Debêntures 1ª Emissão	3.875.689	3.339.689
Debêntures 2ª Emissão	6.730.000	41.730.000
Remuneração Debêntures 2ª Emissão	5.181.439	14.603.016
Debêntures 4ª Emissão	4.100.000	4.100.000
Remuneração Debêntures 4ª Emissão	1.526.706	588.465
Debêntures 5ª Emissão	2.690.000	7.940.000
Remuneração Debêntures 5ª Emissão	268.571	920.869
Debêntures 6ª Emissão	130.000	110.000
Remuneração Debêntures 6ª Emissão	25.252	6.521
Debêntures 7ª Emissão	870.000	5.247.000
Remuneração Debêntures 7ª Emissão	239.822	252.967
Debêntures 8ª Emissão	1.900.000	4.200.000
Remuneração Debêntures 8ª Emissão	164.919	234.135
Debêntures 9ª Emissão	37.633.000	
Remuneração Debêntures 9ª Emissão	3.706.764	
(-) Perdas Debêntures	(8.089.565)	
Total de Títulos e Valores Mobiliários	70.192.597	102.497.662

13) Patrimônio Líquido

Capital Social - O Capital Social da companhia foi aumentado para R\$ 7.000.0000,00 (sete milhões de reais), representado por 7.000.000 (sete milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Resultado do Exercício: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia obteve um prejuízo no valor de R\$ 8.385.141,84 (oito milhões trezentos e oitenta e cinco mil cento e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos). Devido a esse resultado, a companhia está com um saldo de prejuízos acumulados no montante de R\$ 6.157.047 (seis milhões, cento e cinquenta e sete mil e quarenta e sete reais) ao qual a administração está tentando achar formas de diminuir ao longo dos próximos períodos.

14) Resultado Operacional

O resultado operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, dispostas abaixo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita Operacional	1.561.113	11.877.109
Receita Bruta de Securitização	20.541.338	24.050.832
Receita de serviços		3.814.690
(-) Dedução da Receita	(365.053)	(761.548)
(-) Custo de Captação de Recursos	(18.615.172)	(15.226.865)
Despesas Operacionais	(14.303.604)	(15.814.877)
Despesas Operacionais	(14.303.604)	(15.814.877)
Resultado Operacional	(12.742.491)	(3.937.768)

15) Resultado Financeiros

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Financeiras	(1.212.313)	(986.833)
Descontos Concedidos	(599.998)	(500.537)
Despesas Bancárias	(293.119)	(445.662)
Despesas Financeiras- CCB	(96.454)	
Juros Pagos ou Incorridos	(48.597)	(17.103)
Multas Dedutíveis	(361)	(843)
Multas indedutíveis	(269)	(3.790)
Tarifas	(893)	(213)
Desconto sobre recompra	(883)	
Desconto concedidos	(171.739)	(18.684)
Receitas Financeiras	5.540.144	3.738.479
Descontos obtidos	31.802	418.160
Juros Recebidos	3.296.764	803.699
Multa Recebidos	155	363
Juros s/ liquidação	155.043	33.263
Juros s/ recompra	20.017	16.868
Multa s/ liquidação	1.141.000	1.714.860
Multa s/ recompra	895.363	651.286
Reversão de PCLD		99.980
Resultado Financeiro	4.327.831	2.751.646

16) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2022, bem como os critérios para sua valorização, estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada

Contas a receber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e Valores Mobiliários (nota 12): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022.

Joinville - SC, 24 de abril de 2023.

Pedro Luiz Mees
Diretor Presidente

Leila Silva Carlini
Contadora
CRC 1-SC-025832/O-5